



08001.007755/2010-17 Assunto: PL 6561/2009 que Acresce o artigo ao Decreto-Lei nº 2.848/1940 - Código Penal. Parecer do Conselheiro Rodrigo Roig pede: pela a rejeição do projeto, uma vez que o mesmo mostra-se desnecessário e inoportuno para dissuasão da prática relatada. Encaminhado a SAL para providências. Aprovado, à unanimidade. 5) Processo CNPCP/MJ nº 08001.006489/2010-13 Assunto: PL 7251/2006: Altera o art. 63 e parágrafo único da Lei nº 7.210, de julho de 1984 - Lei de Execução penal. Aumenta para 18 (dezoito) o número de Conselheiros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e para 3 (três) anos a duração de seu mandato. Parecer do Conselheiro Fernando Viggiano pede: pelo arquivamento dos referidos autos, assim como a criação de Comissão Específica para a apresentação de outra proposta legislativa. Encaminhado a SAL para providências. Aprovado, à unanimidade. 6) Processo CNPCP/MJ nº 08001.007471/2011-10 Assunto: PL 7317/2010: acresce o art. 24-A à LEP. Parecer do Conselheiro Fernando Viggiano pede: pela rejeição do projeto, tendo em vista que os Estados devem se abster de conceder a gestão das unidades prisionais, sob qualquer forma, face à indelegabilidade do serviço público, notadamente do poder de polícia. Encaminhado a SAL para providências. Aprovado, à unanimidade. 7) Processo CNPCP/MJ nº 08000.002438/2012-86 Assunto: Denúncia feita pelo Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado de Mato Grosso. Parecer do Conselheiro Fernando Viggiano pede: que seja oficiada a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos para que essa se manifeste nas denúncias apontadas. Aprovado, à unanimidade. 8) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000125/2010-12 Assunto: Relatório de inspeção realizada por este Conselho na Cadeia Pública da Cidade de Nerópolis/GO. Parecer do Conselheiro Rodrigo Roig pede: que seja oficiado o Corpo de Bombeiro Militar do Estado solicitando, com urgência, inspeção na cadeia pública. Aprovado, à unanimidade. O Presidente do Conselho encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro.

HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO
Presidente do Conselho

ATA DA 386ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 E 31 DE JULHO DE 2012

Aos dias trinta e trinta e um do mês de julho de dois mil e doze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF. Compareceram: O presidente, Herbert José Almeida Carneiro; o Vice-Presidente, Vitor André Zílio Maximiano; e os seguintes membros: Alvinio Augusto de Sá; Augusto Eduardo de Souza Rossini; José Laurindo de Souza Netto; Luiz Guilherme Mendes de Paiva; Marden Marques Soares Filho; Maria Ivonete Barbosa Tamboril; Pedro Sérgio dos Santos; Rodrigo Duque Estrada Roig Soares. Justificaram ausência os seguintes membros: Alamiro Velludo Salvador Netto; Davi de Paiva Costa Tangerino; Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes; Suzann Flávia Cordeiro de Lima. Estiveram também presentes os seguintes participantes externos: Valdirene Daufemback-OSPEN/DEPEN/MJ; Narjara Alencar-SAL/MJ; Patrick Mariano Gomes-SAL/MJ; Luiz Antônio Silva Bressane-SAL/MJ; Tedney Moreira da Silva-SAL/MJ; Mara Fregapani Barreto-CGRSE/DIRPP/DEPEN/MJ; Victor Pimentase-MJ; Luiz Fabrício Vieira Neto-DEPEN/MJ. O Presidente do CNPCP iniciou a reunião com abertura dos trabalhos e com comunicações e proposições, ressaltando, sobretudo, a participação do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária - CONSEJ nas discussões acerca do Decreto de Indulto do ano corrente. Elencou ainda que pretende encaminhar, até o final do mês de setembro, a proposta do referido Decreto para o Ministro da Justiça. Após, aprovou a Ata da 385ª Reunião Ordinária do CNPCP. Em seguida, o Vice-Presidente do CNPCP relatou sobre a existência de presos que ainda não foram beneficiados pelo Decreto de Indulto do ano de dois mil e onze, demonstrando demora nos trâmites processuais. Ainda em sua fala, relatou que houve um retrocesso no Estado de São Paulo nas discussões acerca do direito de voto do preso provisório, recomendando até possível manifestação do CNPCP para discussão de âmbito nacional sobre o tema. O Conselheiro Augusto Rossini frisou sobre a importância das discussões acerca da concessão de Indulto, a partir do Decreto Natalino, para os condenados por crimes contra o patrimônio, cometidos sem violência ou grave ameaça. O Conselheiro José Laurindo inicialmente se despediu, tendo em vista que esta seria sua última reunião como membro do colegiado. Recomendou um estudo maior sobre a proposta de Indulto, principalmente para os jovens que ingressam na maioridade penal, tornando-se imputáveis. O Conselheiro Alvinio de Sá justificou sua ausência na última reunião. O Conselheiro Rodrigo Roig comunicou que, autorizado pela presidência do CNPCP, apresentou junto à Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça - SAL/MJ parecer de sua autoria sobre Projeto de Lei do ano de 2010, que trata de Emissão de Certidão de Antecedentes Criminais e Atestados de Penas a Cumprir, tramitando em caráter de urgência na Câmara dos Deputados. A Conselheira Maria Ivonete relatou sobre a Inspeção Prisional realizada no Estado de Alagoas em conjunto com o Conselheiro Marden Marques, nos dias dezoito e vinte de julho, e juntamente com representantes da Ouvidoria do Sistema Penitenciário do DEPEN e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A Conselheira informou também sobre sua participação no projeto de Classificação de Preso, desenvolvido em Rondônia, e propôs incluir na próxima pauta convite para um representante do Ministério da Justiça para aprofundamento no assunto. Ressaltou ainda que a imprensa explora o assunto como projeto-piloto. Propôs também incluir para a próxima reunião discussões acerca dos encaminhamentos do CNPCP sobre as Inspeções, tendo em vista que no Estado de Alagoas o juiz da execução penal da cidade de Maceió apresentava dificuldades em

realocar presos recentes. O Conselheiro Luiz Guilherme saudou a todos, desejando boa reunião. O Conselheiro Augusto Rossini relatou sobre a situação de cinquenta e sete projetos que estão no DEPEN aguardando recursos da Caixa Econômica Federal. Na ocasião ainda, relatou sobre a situação do sistema penitenciário da cidade de Arapiraca, no Estado de Alagoas, na qual o DEPEN aguarda projeto para a possível execução. A Conselheira Maria Ivonete relatou brevemente sobre os projetos que as autoridades do Estado de Alagoas apresentaram para os conselheiros na ocasião da Inspeção Prisional. O Conselheiro Rossini ressaltou, no entanto, que há Estados que não encaminham projetos para o DEPEN. Em seguida o presidente introduziu os assuntos de Pauta, iniciando o debate acerca do Projeto de Lei nº 2.230/2011, de autoria do Deputado Domingos Dutra, que trata do Estatuto Penitenciário Nacional. O presidente relatou ainda sobre a sua participação na Câmara dos Deputados para tratar do assunto. Informou também sobre possíveis alterações que o referido Projeto de Lei poderá trazer à Lei de Execução Penal e às Resoluções do CNPCP. O presidente elencou, sobretudo, os aspectos controversos e equívocos que o Projeto de Lei esboça em confronto com as proposições e Resoluções do CNPCP e com a própria Lei de Execução Penal. O vice-presidente Vitor relatou que, no dia vinte de setembro de dois mil e onze, fora instituída comissão especial na Câmara dos Deputados e que o último trâmite dessa comissão é uma despenção do Projeto de Lei 3.123/2011, que trata da privatização do sistema prisional. A Conselheira Maria Ivonete propôs um convite ao Deputado Domingos Dutra para a próxima Reunião do CNPCP para melhor exposição do Projeto de Lei. Em complemento, o vice-presidente propôs que o CNPCP visitasse o referido Deputado, apresentando as propostas do colegiado sobre o Projeto de Lei em questão. O Conselheiro Alvinio de Sá alertou o desvirtuamento que o Estado faz referente às leis, e citou como exemplo o Estado de São Paulo que, segundo o próprio Conselheiro, constrói estabelecimentos prisionais diversos nos moldes do Regime Disciplinar Diferenciado - RDD. O Conselheiro Augusto Rossini expôs sobre a representação participativa do CNPCP como fruto de um Estado Democrático. O Conselheiro defendeu a agilidade do CNPCP na política criminal e penitenciária do país e, portanto, recomenda que o colegiado tenha maior proximidade com o Congresso Nacional. Ressaltou também a aproximação com a SAL/MJ, com o intuito de fortalecimento das próprias Resoluções do CNPCP. Propôs ainda que sejam encaminhados para o Deputado Domingos Dutra as Resoluções e os trabalhos já desenvolvidos pelo CNPCP, juntamente com assessoramento da SAL/MJ. Ressaltou ainda a importância do momento em que o país vive, com a constituição da Comissão da Verdade, no qual insere o cárcere num período de exceção política do país. Como proposição final, foi aprovada pelo CNPCP a interlocação junto ao Deputado Domingos Dutra e a manifestação da SAL/MJ para melhor desenvolvimento do tema. Paralelo a isso, o CNPCP elaborará documento confrontando suas respectivas Resoluções aos itens do Projeto de Lei que versam sobre o mesmo assunto. O vice-presidente propôs o convite para o Deputado para tratar também de outros Projetos de Lei, principalmente o que trata de alteração da composição do CNPCP. O presidente Herbert se encarregou de convidar representantes da SAL/MJ para discutir, em reunião do CNPCP, o assunto sobre o Projeto de Lei que trata do Estatuto Penitenciário Nacional, em conjunto com o Deputado Domingos Dutra. Como complemento, o Conselheiro Augusto Rossini propôs que seja analisado, em conjunto com o referido Projeto de Lei, também o relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. No período vespertino, o presidente prosseguiu os trabalhos do dia solicitando ao Conselheiro Rodrigo Roig a exposição do parecer acerca do Projeto de Lei nº 7.977/2010 da Câmara dos Deputados, que trata da emissão da Certidão de Antecedentes Criminais e Atestados de Pena a Cumprir. O referido parecer fora encaminhado para a SAL/MJ por meio da Secretaria Executiva do CNPCP. Após, em continuidade aos itens de pauta, o presidente convidou o Conselheiro Marden Marques e os representantes da SAL/MJ, Sr. Patrick Mariano Gomes e Sra. Narjara Alencar, para iniciarem as discussões acerca do Anteprojeto de Lei de acesso à informação da pessoa presa e para expor o parecer acerca do referido Anteprojeto de Lei, que altera o inciso XVI do art. 41 da Lei nº 7.210, de 1984. O Conselheiro Rodrigo propôs acrescentar que o representante do preso possa requerer as informações do próprio preso. O Conselheiro Augusto Rossini propôs utilizar o Decreto 7.724, de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, para ser corolário do Anteprojeto de Lei. O Conselheiro propôs ainda que sejam incluídos incisos que possam ser aplicados aos presos provisórios, pois conforme se encontra o Anteprojeto de Lei os itens se aplicam somente a presos condenados. Como encaminhamento, o presidente aprovou a proposta de elaboração, por parte do vice-presidente, de Resolução para ser apreciada na reunião seguinte acerca do Anteprojeto de Lei sobre o acesso à informação da pessoa presa. Em seguida, com a presença da Sra. Maria Teresa Uille Gomes, presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária - CONSEJ, e juntamente com o Sr. Patrick Mariano Gomes e o Sr. Luiz Antônio Silva Bressane, seguiu-se para o próximo item de pauta que trata das discussões sobre o Decreto de Indulto Natalino do ano de 2012. Inicialmente, o Conselheiro Rodrigo apresentou sucintamente as propostas e sugestões recepcionadas pelo CNPCP para o Decreto de Indulto do ano corrente. Após, o presidente solicitou a manifestação da Sra. Maria Teresa Uille Gomes, que apresentou as sugestões e propostas para o Decreto de Indulto elaboradas pelo CONSEJ, entregando-as em mãos ao presidente do CNPCP. Os Conselheiros Augusto Rossini e Pedro Sérgio propuseram que sejam estabelecidas consequências em favor do réu em uma possível demora na tramitação do processo, resultando inclusive Habeas Corpus. Os Conselheiros propuseram ainda se estabelecer prazo para os conselhos penitenciários dos Estados e para as autoridades da execução penal estadual se manifestarem no caso de concessão do benefício de Indulto. Como encaminhamento conclusivo, o presidente aprovou a

inserção de prazo para as autoridades e colegiados da execução penal dos Estados se manifestarem nos casos para a concessão de Indulto. Após, o Sr. Luiz Antônio Bressane agradeceu o convite para a participação na presente reunião e se manifestou acerca das propostas do Decreto de Indulto a ser elaborado para o ano corrente e dos Projetos de Lei discutidos neste dia no CNPCP e especificamente do Projeto de Lei nº 7.251/2006, que trata da alteração da composição do CNPCP e respectivos mandatos, no qual encontra-se na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados. Finalizando os trabalhos do dia, o presidente do CNPCP recomendou, por manifestação do Conselheiro Alvinio de Sá, a realização de um seminário em conjunto com o CONSEJ para discutir as questões de política penitenciária e criminal do país. No dia seguinte, o presidente e o vice-presidente do CNPCP, bem como os membros presentes e a convidada Valdirene Daufemback, agradeceram a colaboração do Conselheiro José Laurindo como membro do colegiado. Posteriormente, o Conselheiro José Laurindo se despediu e agradeceu a oportunidade de ter contribuído como membro. Em prosseguimento à reunião, o presidente relatou sobre os encaminhamentos da SAL/MJ acerca do Projeto de Lei que altera o art. 107 no Código Penal, acrescentado incisos X e XI. O presidente informou que encaminhou o referido Projeto de Lei para o Conselheiro Milton Jordão para manifestação prévia. Em continuidade aos itens da pauta, o Conselheiro Augusto Rossini relatou sobre os trabalhos desenvolvidos em Genebra, na reunião da Organização das Nações Unidas - ONU sobre Direitos Humanos. Posteriormente, o Conselheiro expôs os Ofícios e Recomendações que os demais países elaboraram para o Brasil, através da Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Conselheiro elencou, sobretudo, as Recomendações dos demais países para o Brasil que tratam do Sistema Prisional e Combate à Tortura. Expôs também, em vídeo, sua participação e fala na referida reunião da ONU, na qual apresentou os avanços do país no quesito de política penitenciária. O Conselheiro recomendou que os sites oficiais do Governo Federal, como o site do Ministério da Justiça, sejam também acessíveis em línguas estrangeiras, para que os demais países, principalmente aqueles que fizeram Recomendações, tenham conhecimento também das melhorias que o país vem apresentando no tema Direitos Humanos, sobretudo na questão do Sistema Prisional e Combate à Tortura. Após, a convidada Valdirene Daufemback informou acerca dos documentos encaminhados pelo Subcomitê de Combate à Tortura da ONU. A convidada frisou ainda os elogios que tem recebido dos Estados, como ouvidora do Sistema Penitenciário, acerca dos relatórios das inspeções realizadas pelo CNPCP. O Conselheiro Luiz Guilherme recomendou que o CNPCP solicite junto ao Ministério das Relações Exteriores os trabalhos acerca da revisão das Regras Mínimas Para Tratamento de Preso, da ONU, em continuidade aos diálogos desenvolvidos no ano de 2011, em Viena. Como encaminhamento, o presidente encarregou o Conselheiro Luiz Guilherme para documentar tal solicitação, com o intuito de conhecer o trâmite do processo da revisão dessas Regras Mínimas da ONU. Em prosseguimento à pauta, o presidente convidou a Sra. Mara Fregapani Barreto, coordenadora geral de Reintegração Social e Ensino do DEPEN, para apresentar, em conjunto com o Conselheiro Augusto Rossini, o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, que está sendo desenvolvido pelo DEPEN. O Programa se estende pelos seguintes eixos: Educação, Saúde, Trabalho e Renda, denominados de Reintegração Social; e capacitação de gestores e servidores do sistema prisional, denominado Consolidação da Escola Penitenciária e melhorias do sistema prisional. O Conselheiro Augusto Rossini frisou, principalmente, a União como agente apoiador dessa estratégia a ser desenvolvida pelos Estados. Após a apresentação, o Conselheiro Augusto Rossini recomendou que tais eixos sejam discutidos em todas as reuniões do CNPCP, incluindo para a próxima reunião o eixo temático denominado Construção. Ao final, o Conselheiro Alvinio de Sá relatou sobre um projeto de pesquisa da cidade de Santarém, no Estado do Pará, que trata acerca da situação da presa grávida e da presa gestante. Apesar de falhas estruturais apresentadas no trabalho, o Conselheiro recomendou a aprovação do projeto como de Iniciação Científica e que seja encaminhado ao DEPEN para avaliação e viabilidade. O Conselheiro Augusto Rossini disponibilizou o DEPEN para auxiliar na pesquisa, porém sem aporte financeiro inicialmente, tendo em vista que há outras autoridades públicas e o próprio DEPEN que já desenvolvem trabalhos para tal finalidade. Em seguida, o presidente aprovou o encaminhamento proposto. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: 1) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000550/2012-65 Assunto: Solicitação de verba para custear o projeto de pesquisa acadêmica de Carmen Lúcia dos Santos Xavier. Parecer do Conselheiro Alvinio de Sá pede: Que o referido autos sejam encaminhados ao grupo de estudo e pesquisa do DEPEN. Aprovado Após, finalizou os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro, e revisada pelo servidor do Ministério da Justiça Jefferson Alves Lopes.

HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO
Presidente do Conselho

ATA DA 387ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 E 28 DE AGOSTO DE 2012

Aos vinte e sete e vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e doze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF. Compareceram: o Vice-Presidente, Vitor André Zílio Maximiano, e os seguintes membros: Alamiro Velludo Salvador Netto; Augusto Eduardo de Souza Rossini; Davi de Paiva Costa Tangerino; Luiz Guilherme Mendes de Paiva; Marden Marques Soares Filho; Maria Ivonete Barbosa Tamboril; Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes; Pedro Sérgio dos